

# **Declaração de Organizações da Sociedade Civil sobre a Crise do Desmatamento e Queimadas na Amazônia Brasileira**

*por ocasião da Reunião de Cúpula do G-7 em Biarritz, França (agosto de 2019)*

O grande aumento no número de queimadas na Amazônia brasileira em 2019, com 32.748 focos registrados entre 01 de janeiro e 14 de agosto (60% superior à média dos três anos anteriores) na esteira de uma elevação alarmante no ritmo do desmatamento no último ano, tem provocado indignação e protestos no Brasil e pelo mundo, a ponto de o assunto ser pautado emergencialmente na reunião de cúpula do G-7 a ser realizada em Biarritz, França neste fim de semana.

Os problemas de desmatamento e queimadas na Amazônia vêm de longa data; porém, o agravamento desse quadro no ano de 2019 é resultado direto do comportamento do governo de Jair Bolsonaro. Entre os fatores de intensificação da crise ambiental amazônica produzidos pelo governo federal estão:

- A recusa em demarcar terras indígenas e investidas para abri-las para exploração por mineradoras, hidrelétricas e pelo agronegócio, em afronta à Constituição Federal;
- O desmonte sistemático e deliberado da capacidade operacional do IBAMA e de outros órgãos federais responsáveis pela fiscalização de atos ilegais de grilagem de terras públicas, derrubadas e queimadas, e exploração madeireira e mineral;
- Declarações públicas do presidente Bolsonaro de que vai afrouxar a fiscalização e acabar com uma suposta “indústria de multas”, dando um claro sinal de impunidade para a prática de crimes ambientais;
- Cortes orçamentários, perseguição a funcionários e desmonte da estrutura do ICMBio, responsável pela gestão de unidades de conservação;
- Retrocessos no marco legal de licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura, mineração e do agronegócio, de altíssimo risco e impacto ambiental;
- Abandono do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), lançado em 2004 e grande responsável pela queda dos índices de desmatamento entre 2005 e 2012;
- Aparelhamento dos órgãos públicos responsáveis pela gestão socioambiental do país, com a indicação de pessoas ligadas aos interesses imediatistas dos ruralistas e outros setores regulados.

- Tentativas de descredenciar as instituições técnicas do governo responsáveis por informar sobre a situação ambiental, como o Inpe.

O aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia, em conjunto com a grilagem de terras e a exploração ilegal de madeira e outros recursos naturais, está diretamente vinculado ao aumento de atos de violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais. Violência que têm ficado impune, na grande maioria dos casos. Enquanto isso, o Presidente Bolsonaro tem incentivado a criminalização de movimentos sociais e ONGs, chegando ao absurdo de culpá-las pelo aumento das queimadas na Amazônia.

Tais ações, omissões e discursos tornaram o Brasil um pária global numa área em que ele era protagonista. Ameaçam o maior patrimônio dos brasileiros, o bem-estar da população e o clima global, que não poderá resistir às emissões decorrentes da destruição da Amazônia. Ironicamente, agora ameaçam também o futuro do próprio agronegócio do Brasil, setor que o presidente diz defender.

O governo brasileiro precisa urgentemente adotar uma postura responsável, liderando um conjunto de esforços de atores públicos, privados e da sociedade civil no enfrentamento desse gravíssimo problema, incluindo entre outras ações concretas:

- O apoio efetivo a ações urgentes de combate a crimes ambientais associados à grilagem de terras públicas, desmatamento, queimadas e exploração ilegal de recursos naturais, liderados pelo IBAMA e outros órgãos responsáveis pela fiscalização, com garantia de recursos financeiros necessários;
- O destravamento de processos de demarcação e homologação de territórios indígenas, assim como os direitos territoriais de comunidades quilombolas e outras populações tradicionais;
- O congelamento de projetos legislativos que retrocedam na proteção ambiental, em linha com a proposta recente dos ex-ministros do Meio Ambiente do Brasil;
- A recriação do comitê orientador e retomada das atividades do Fundo Amazônia;
- A retomada do Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e no Cerrado, com garantia de recursos financeiros adequados, transparência e participação de entes federados e sociedade civil.

Ao mesmo tempo, conclamamos aos países membros do G-7, presentes na cúpula em Biarritz, a adotar medidas concretas no sentido de:

- Garantir mecanismos efetivos para evitar a importação de commodities do agronegócio e da exploração madeireira e mineral do Brasil oriundos de áreas com desmatamento recente e com violações dos direitos humanos na Amazônia;
- Implantar políticas efetivas de prevenção e ‘devida diligência’ (*due diligence*) sobre investimentos de empresas e instituições financeiras em empreendimentos na Amazônia que impliquem em risco e em violações dos direitos humanos e da legislação ambiental;
- No caso de uma mudança efetiva de postura do governo Bolsonaro, contribuir para esforços do governo e da sociedade no enfrentamento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, com os meios de implementação necessários à consecução de políticas de enfrentamento das mudanças do clima alinhadas com o objetivo de 1,5°C do Acordo de Paris.

26 de agosto de 2019

Organizações co-signatárias:

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB  
 Associação Terra Indígena do Xingu - ATIX  
 Associação Floresta Protegida (Kayapó)  
 Associação Alternativa Terrazul  
 Associação das Comunidades Montanha e Mangabal  
 Associação de Pesquisa Xaraiés MT  
 Associação Indígena Aldeia Maracanã- AIAM  
 Articulação pela Convivência com a Amazônia - ARCA  
 Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale  
 Ascema Nacional  
 Amazon Watch  
 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB  
 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ  
 Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais  
 Centro de Formação do Negro e Negra da Transamazônica e Xingu  
 Clínica de Direitos Humanos da UFMG  
 Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração  
 Coletivo de Mulheres do Xingu  
 Coletivo Mura de Porto Velho  
 Comitê em Defesa da Vida Amazônia na Bacia do Rio Madeira  
 Conectas Direitos Humanos  
 Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Ecologia e Ação - ECOA  
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social  
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR  
Fórum em Defesa de Altamira  
Fórum Bem Viver  
Fórum São Francisco  
Fundação Darcy Ribeiro  
GT Infraestrutura  
Greenpeace Brasil  
Instituto Raoni  
Instituto Kabu  
Instituto Makarapy  
Instituto Fronteiras  
Instituto Madeira Vivo – IMV  
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN  
Instituto Socioambiental – ISA  
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social  
International Rivers – Brasil  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST  
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB  
Movimento Fechos Eu Cuido  
Movimento de Mulheres Campesinas - MMC  
Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM  
Movimento Tapajós Vivo  
Movimento Xingu Vivo para Sempre  
Mutirão Pela Cidadania  
Operação Amazônia Nativa - OPAN  
Pacto das Águas  
Pastoral da Juventude Rural - PJR  
Planète Amazone  
Proteja Amazônia  
Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA  
Rede GTA  
Rede Brasileira de Arteducadores - ABRA  
Rios de Encontro – Marabá  
Sindiquímica – PR  
SOS Mata Atlântica  
Uma Gota no Oceano  
WWF-Brasil